

147

1970

7668

CADERNO 2

Com a palavra, os índios

Política Indígena

Transformar as reservas indígenas brasileiras em um território autônomo da Federação - com administração própria, Governador, representação parlamentar e verbas da União - é uma das propostas que estão sendo discutidas desde ontem no Rio de Janeiro, na Conferência Mundial dos Povos Indígenas. O evento faz parte da ampla programação da ECO-92, e deverá se constituir em um dos mais importantes encontros do gênero em toda a história. Índios de diferentes partes do Planeta, desde a América do Sul até a Rússia, incluindo os esquimó, estarão reunidos na capital carioca para definir seu futuro. E um dos coordenadores da Conferência é o índio Idjarruri Karajá, da Ilha do Bananal, que passou parte de sua vida em Goiânia, onde ocupou cargos públicos e tentou embrenhar-se na carreira política. "Os brancos não quiseram me eleger", justifica Idjarruri, hoje com 29 anos, casado, três filhos. Idjarruri Karajá nasceu na aldeia Santa Isabel do Morro, no Estado do Tocantins, e com 13 anos veio para a capital

goiana, morando na Casa do Índio, da qual foi chefe durante sete meses. Conseguiu concluir o 2º grau, foi candidato a deputado federal pelo PMDB de Goiás em 1986, e candidato a deputado estadual pelo PMDB do Tocantins em 1988. Derrotado nas eleições, ele assumiu a Superintendência de Assuntos Indígenas da Secretaria Estadual do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, e depois mudou-se para Brasília, trabalhando na assessoria do presidente da Funai, Sidney Possuelo. Atualmente Idjarruri é coordenador no Rio de Janeiro do Comitê Intertribal 500 Anos de Resistência, além de membro do Grupo de Trabalho Indígena da OAB de São Paulo. Nesta entrevista, ele conta os problemas enfrentados para a construção da aldeia Kari Oka em pleno bairro Jacarepaguá, no Rio, onde realiza-se a Conferência, revela algumas propostas audaciosas que estão na pauta do encontro, e explica que os índios querem apenas uma oportunidade para discutir, pois "sempre fomos os grandes mudos da história mundial".



Silvana Bittencourt
- Especial para O Popular 2 -

Você agora é um dos coordenadores do Comitê Intertribal 500 Anos de Resistência, que terá importante participação na ECO-92. O que é esta entidade, e o que ela programou para o Rio de Janeiro?

● O Comitê Intertribal é um comitê indígena composto pelos principais articuladores do movimento indígena brasileiro e respaldado pelos maiores líderes indígenas do País. Ele foi criado no ano passado, em fevereiro, com o objetivo exclusivo de coordenar e organizar a participação dos índios na Conferência do Rio-92, e também proporcionar a participação no quinto centenário das Américas, que vai acontecer em outubro, na Guatemala. São as duas grandes responsabilidades que nós temos. Como primeiro passo, já participamos das reuniões chamadas Reuniões Preparatórias das Nações Unidas, e sentimos hoje que cada vez mais nós consolidamos nossa posição como movimento indígena brasileiro no plano internacional, com o próprio reconhecimento das Nações Unidas e do Governo brasileiro.

■ E o que vocês vão fazer na Conferência Mundial do Meio Ambiente?

● No plano prático nós construímos uma aldeia, chamada Kari Oka, que significa casa do peixe. Os brancos do Rio de Janeiro falam que é casa dos homens, mas pela nossa versão é casa do peixe. Nessa aldeia existem duas ocas - utilizadas para hospedagem dos índios brasileiros - que foram construídas pelos índios lá do Alto Xingu. Inclusive todo o material de construção veio do Xingu. Só a cobertura de sapé foi tirada do Rio de Janeiro, que ali tem muito. Sessenta homens fizeram essa obra durante dois meses, terminaram e já voltaram. Agora, uma terceira oca que é do modelo das casas dos índios Tucano foi construída também para abrigar a plenária da Conferência. As três ocas ficam em uma área que o Governo Federal nos cedeu em Jacarepaguá, uma área muito bonita, que sedia a Conferência Mundial dos Povos Indígenas (iniciada ontem e que prossegue até o dia 30 deste mês). Nós já acertamos também a participação de índios do exterior com as organizações indígenas interna-

cionais. São várias lideranças, do mundo inteiro, desde os índios da América do Sul até o pessoal da Rússia, passando pelos esquimós, o pessoal da Malásia, da Austrália, dos Estados Unidos. Todas essas organizações indígenas internacionais já fecharam com a gente, referendaram e entregaram ao Comitê Intertribal a responsabilidade por esta Conferência. Foi uma vitória muito grande que fomos endossados por eles, como responsáveis.

■ Todo esse pessoal vai ao Rio?

● Sim, representantes dos índios do Planeta inteiro. Calculamos no mínimo 300 índios do exterior. Os esquimós, por exemplo, já estiveram várias vezes com a gente e estão muito animados. Estamos aguardando ainda a participação de pelo menos 400 índios brasileiros.

■ A imprensa nacional tem denunciado uma série de problemas na construção da Kari Oka, inclusive índios que vieram da Amazônia com malária e a falta de recursos para cumprir o cronograma...

● Na realidade, nós tivemos o primeiro apoio real do Governo do Canadá. Ele nos deu 80 mil dólares no ano passado. Este dinheiro, nós investimos na organização dos escritórios em Brasília e no Rio de Janeiro, e também na construção da aldeia. Isso realmente foi uma grande dificuldade. Inclusive, o Coordenador Geral do Comitê esteve falando recentemente no parlamento europeu sobre essas questões. O problema era que nós tínhamos um cronograma de trabalho a cumprir, tínhamos que começar a obra em determinada época. E nós fizemos isso. Fomos lá no Xingu e trouxemos o pessoal. E o Governo Federal, o Grupo de Trabalho Nacional (GTN), que é responsável pela organização da Conferência no Rio, eles também tinham um cronograma de trabalho, que previa a preparação da estrutura para receber esse pessoal do Xingu, para que eles trabalhassem "numa boa". Só que quando os índios chegaram não tinha nada. Af

VIDE - VERSO

o pessoal ficou descoberto, e tivemos que começar a fazer muita coisa de emergência. A Defesa Civil do Rio de Janeiro, por exemplo, teve que ceder barracas para hospedar o nosso pessoal, e nós contratamos um serviço de alimentação. Isso deu muito o que falar no Brasil inteiro, a imprensa começou a divulgar, denunciar isso. O problema, na verdade, era a tal da burocracia. A "grana" não tinha sido liberada a tempo. O presidente Collor não tinha liberado os recursos a tempo, não só para a gente, mas para toda a conferência do Rio, inclusive para os preparativos do próprio Rio Centro. Então, foi isso que aconteceu. É uma questão de pique de trabalho. E nós não podíamos nos submeter a isso. Nós tínhamos que fazer a coisa, mesmo sabendo que teríamos dificuldades e problemas. E realmente o pessoal trabalhou muito, teve seriedade e terminou a obra, que nos foi entregue no dia 19 de abril, apesar de todos os "trancos e barrancos".

■ E quanto aos casos de malária?

● Nosso trabalho é independente. Nós não temos tutela da Igreja, do Cimi, de entidades. Nós fazemos questão de ser uma entidade indígena autônoma, desvinculada de outras organizações que estão acostumadas a tutelar índios, e que só apóiam se estiverem tutelando. O pessoal ficou muito nisso e quando perceberam que a gente não abria mão dessa independência eles começaram, de uma certa forma, a boicotar nosso trabalho no Rio de Janeiro. Então saí uma notícia dizendo que os índios brasileiros estavam levando malária para o Rio. Isso é um absurdo. Não houve isso. O que aconteceu é que realmente chegaram uns dois índios lá com diagnóstico, mas foram tratados imediatamente e não houve problema nenhum. Isso é intriga, uma tentativa de desestabilizar nosso trabalho. A imprensa divulgou também que os índios estavam passando fome. Essas notícias, aparentemente sem importância, quando chegam para as famílias, nas aldeias, transformam-se em algo assustador. Então foi uma tentativa de sabotagem mesmo em cima de nossas atividades, mas, graças a Deus, nós seguramos isso com firmeza, com determinação, e deu tudo certo. Só para você ter uma idéia do boicote, teve uma senhora chamada Sandra, uma inglesa, que criou uma entidade chamada Kuarup. Ela foi lá no Xingu e contou para o Aritana coisas absurdas. E ela fretou um avião e trouxe a notícia para o Marcos Terena de que o Aritana estava pedindo a suspensão do trabalho e a volta do pessoal imediatamente. Essas pequenas coisas assim realmente são tentativas de desestabilizar nosso trabalho.

■ O que vocês pretendem com a Conferência Mundial dos Povos Indígenas?

● Nós queremos discutir, porque nunca tivemos oportunidade. Sempre fomos os grandes mudos da história mundial e do Brasil. Nós queremos discutir essas questões que estão sendo colocadas no Rio, por exemplo, a questão da economia. Nossa economia nunca foi compreendida. Discutir uma coisa que se chama desenvolvimento sustentado, que a gente faz praticamente no nosso dia-a-dia. A questão da propriedade intelectual também é algo que nós temos que defender mesmo, porque muitos dos nossos conhecimentos milenares, de medicina natural, por exemplo, estão sendo simplesmente sugados. E também falar sobre outros temas da preservação do meio ambiente. Nós queremos discutir essas coisas todas no ponto de vista dos índios, com base na experiência dos povos indígenas no plano mundial. Vão chegar índios do mundo inteiro para discuti-

tir essas questões e também contestar essa política desenvolvimentista do homem branco, que completa agora na América 600 anos de colonização. Será que desenvolvimento é feito em cima de destruir o outro, de matar o outro? Isso é desenvolvimento? Essas questões todas nós queremos colocar e vamos sintetizar num documento que vai ser entregue para as Nações Unidas.

■ A decisão de construir a aldeia Kari Oka em pleno Rio de Janeiro é uma estratégia de marketing usada pelos índios, uma forma de chamar a atenção da imprensa mundial?

● De fato é um plano estratégico mesmo. A construção de uma casa nossa é baseada numa coisa chamada exploração de manejo sustentado. Quer dizer, nós tiramos os próprios materiais da floresta, da selva, para construir a nossa casa. Tiramos apenas o necessário. E no ponto de vista econômico o custo é zero. Nós não compramos prego, essas coisas assim. E por um lado também nossa intenção era mostrar em plena grande metrópole, como o Rio de Janeiro, o nosso modelo arquitetônico, a nossa engenharia. E mostrar que, nessa aparente fragilidade, nós estamos reproduzindo física e culturalmente, e ao mesmo tempo resistindo a essa parafernália toda que nós é imposta. Por outro lado, desde o começo nós colocamos que queríamos participar da Conferência do Rio com povos indígenas, como índios, porque as chamadas ONGs, a reunião de ambientalistas e ecologistas será realizada mais no ponto de vista do branco. E também tem a conferência oficial, que é dos governos do mundo inteiro, formada pelo homem branco também. Então nós vamos participar como povos indígenas e, por isso, a gente queria dar um cenário indígena, de aldeia mesmo. Ao invés de alugar um centro de conven-

ções, ou alguma coisa assim, a gente queria uma coisa bem característica, inclusive para deixar nosso pessoal à vontade, em casa.

■ Diante da discriminação e da desinformação que ainda predominam, vocês não correm o risco de se transformar em atração turística da Rio-92?

● Olha, nós estamos mais preocupados em colocar a coisa do jeito que queremos. Estamos superando muitos preconceitos e conseguindo superar muitos tabus. A Conferência do Rio para muita gente é um carnaval, para muita gente é apenas para gastar muitos dólares, para muita gente é um pretexto para passear. E para outros não. Para outros, a Conferência do Rio é um momento ímpar. E nós estamos olhando por essa ótica. Muita gente está achando que nossa participação é "para inglês ver", é o momento exótico da Conferência do Rio, que as Nações Unidas estão montando. Existem vários tipos de conotações, mas isso para a gente não importa. O que importa é aquilo que nós estamos observando, trabalhando em cima do nosso ponto de vista, e colocando para o homem branco. É por essa razão que, pela primeira vez, com o próprio reconhecimento das Nações Unidas, nós vamos ter uma participação efetiva. Inclusive já existe uma resolução feita pela ONU que leva em conta nossas experiências com o meio ambiente. Tudo isso é muito importante para a gente.

■ Vocês defendem a proposta de transformação das reservas indígenas em território da Federação...

● É uma proposta do Grupo de Trabalho Indígena da OAB de São Paulo, do qual eu também sou membro. Entre outras, está nascendo essa idéia para dar um rumo concreto, de consolidação mesmo da vida dos povos indígenas brasileiros, para que ela saia dessa ins-

tabilidade e deixe de depender da Funai, que agora foi espartilhada pelo presidente Collor. É uma forma de acabar com essa insegurança toda que palra sobre nossas cabeças. Então, a OAB-SP em conjunto com a gente elaborou essa proposta, que inclusive será levada para o Rio. É a criação da figura do território indígena, um território que comporia a Federação brasileira. O território seria o conjunto de todas as reservas indígenas. Por exemplo, a reserva da Ilha do Bananal, do Parque Nacional do Xingu, dos Yanomani. O conjunto destas reservas formaria um território, com Governador e com toda uma infra-estrutura de administração, inclusive representação parlamentar. Quem elegeria o Senador, por exemplo, seria o conjunto dos eleitores indígenas. Todas as reservas votariam em seu representante parlamentar. E vamos propor também a continuidade do Comitê Intertribal ou então a criação de um Conselho dos Primeiros Povos, para compor o conselho deliberativo e definir os investimentos, a política e a fiscalização dos recursos que vão ser gerados.

■ Seria a Independência absoluta das nações indígenas?

● Não, isso não significa uma independência, como os militares têm medo. Nós não estamos a fim disso. Nós queremos apenas garantir a nossa educação, nossa saúde. Os militares têm medo de que a gente se separe, se torne um País. Não, não é isso. Nós queremos apenas o reconhecimento daquilo que somos, de nossas tradições, nossas culturas, mas com um tratamento específico. É uma idéia que nós descobrimos e já amadurecemos em São Paulo é exatamente essa, de criar a figura do território indígena.

■ Os recursos para esse território viriam de onde?

● Nós também descobrimos que existe uma lei chamada enfiteuse. O Brasil inteiro é terra dos povos indígenas. Ele foi invadido, desenvolveu-se economicamente em cima das terras indígenas - tanto industrialmente quanto em termos de agropecuária - foi feito o desenvolvimento econômico, o desenvolvimento de grandes metrópoles, tudo em cima de nossas terras, e nós nunca fomos recompensados, nunca fomos indenizados por isso. Então, através da enfiteuse nós pretendemos que uma determinada porcentagem do bolo do tributo nacional seja destinado ao território indígena, com fiscalização da União, para poder garantir o desenvolvimento econômico, educacional e da saúde dos povos indígenas brasileiros. Seria uma coisa legal, uma espécie de institucionalização real dos povos indígenas nesse processo da vida nacional.

■ Como será o evento comemorativo dos 500 anos de resistência indígena, na Guatemala?

● Nessa agenda da Conferência Mundial dos Povos Indígenas, que foi fechada em Nova Iorque, nós temos um momento reservado para os 500 anos e também para o Ano Internacional dos Povos Indígenas, que vai ser no ano que vem. Então, na realidade a questão dos 500 anos de colonização, do ponto de vista dos povos indígenas, vai começar a ser levantada aqui no Rio de Janeiro, e vai culminar na Guatemala. Isso porque os 500 anos da América estão sendo comemorados pelo invasor de nossas terras. O Governo espanhol está gastando muitos dólares neste evento para comemorar e celebrar os 500 anos em cima de nosso território. Agora nós vamos também lembrar o quinto centenário da América, mas do ponto de vista dos índios e vamos dizer que, "puxa vida", morreu muita gente nestes 500 anos de colonização, muitos povos desapareceram, inclusive impérios como o dos Incas, o dos Maias foram literalmente massacrados. Então nós pretendemos ter participação nessa "comemoração". No Rio nós temos um momento reservado em que vamos lamentar os 500 anos, porque realmente eles foram terríveis. Quando a gente fala em colonização, a gente olha aqui em Goiás, bem no nosso nariz, e em pleno 1992, vê os Avá-Canociz, um povo que foi tão numeroso e hoje é composto apenas por 14 pessoas, que agora vivem ao lado de uma hidrelétrica. E parece que ninguém está enxergando isso, "pôxa"!

8
2